

Francisco Ribeiro da Silva *

O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de Oitocentos*

R E S U M O

O pequeno Colégio da Irmandade da Lapa, a que os fundadores chamaram Seminário, cujo alvará foi assinado por D. Maria I em 1792, abriu as suas portas no ano de 1800 com duas aulas, uma de Primeiras Letras e outra de Gramática Latina. Os objectivos iniciais visavam oferecer possibilidades de estudo gratuito a meninos, filhos de irmãos, intelectualmente capazes mas sem grandes recursos. Desde a primeira hora, contudo, admitiu jovens dos grupos sociais mais favorecidos, pagantes, oriundos da cidade, do seu Termo, do norte do Reino e, em quantidade substancial, do Brasil. O regime normal era de internato, ainda que admitisse um ou outro caso de semi-internato. Para além de uma ambiciosa formação humanística, a Instituição procurava formar bons cidadãos, no ideal da convivência respeitosa e solidária e no fomento das virtudes cívicas da tradição romano-cristã.

1 – INTRODUÇÃO

Sobre estabelecimentos de ensino na cidade do Porto na transição do século XVIII para o XIX não sabemos muito. A escassez de monografias ou mesmo de pequenos estudos pode significar simplesmente que não existiam em abundância. Essa parece ser a conclusão subjacente num manuscrito de 1804 de autor desconhecido que acabamos de publicar¹, onde, no capítulo referente a essa matéria, para além de uma breve alusão ao Seminário da Lapa², são mencionados apenas o Seminário diocesano que, por iniciativa do Bispo D. António de São José e Castro, estava sendo erguido na Quinta do Prado e a Academia Real da Marinha e Comércio que funcionava no seiscentista Colégio dos Meninos Órfãos³ a partir de 1803. Aí, de resto, desde 1762 funcionava uma aula de Náutica a que em 1779 foi acrescentada uma outra de Debuxo e Desenho. Todas foram integradas na nova Instituição. Mas não estava nos objectivos do Autor desconhecido daquele manuscrito fazer um inventário de Escolas.

Não saímos muito mais esclarecidos da leitura do Padre Rebelo da Costa. Para além da referência carinhosa ao Colégio dos Órfãos, onde se ensinava Latim, Música, Náutica e

* Este texto é uma versão adaptada de uma comunicação que tivemos o prazer de apresentar ao 3º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação que teve lugar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em Fevereiro de 2000.

¹ SILVA, 2001: 125-187.

² «...ao nascente da Igreja da Lapa edificou-se hum piqueno mas bonito seminario, em que ha aulas das primeiras Letras, de Latim, de Francez, e de Commercio, com grande aproveitamento da mocidade que ali he educada com o mayor disvelo, vigilancia, e zelo. Consta ao presente de 40 seminaristas de que doze são ensinados gratuitamente e o resto a 120\$000 reis cada hum».

³ Sobre o Colégio dos Órfãos do Porto, para além de BASTO, 1951, ver as recentes teses de Mestrado e Doutoramento de Ana Isabel Marques Guedes, respectivamente GUEDES, 1993 e GUEDES, 2000.

Desenho, o sacerdote informa-nos da existência de uma aula pública de Moral no Convento de São João Novo dos padres gracianos e de outras de Retórica, Filosofia e Teologia no Convento de Santo António da Porta de Carros, da Congregação do Oratório.⁴ A alusão a educandas nos Conventos de Santa Clara e de S. Bento da Ave Maria e no Recolhimento de Nossa Senhora da Esperança permite-nos pensar que aí se ensinava alguma coisa a jovens meninas. Tendo em conta testemunhos de fontes diferentes, admitimos que em alguns Mosteiros, quer masculinos quer femininos e em outras casas ditas de «recolhimento» existisse alguma actividade lectiva.

As listas das Companhias de Ordenança (1780-1785) inventariam, por seu lado, 19 mestres de diversos níveis e 96 estudantes que viveriam com seus pais.⁵

Mas a oferta era um pouco mais vasta, do que o que fica dito. De facto, as investigações levadas a cabo por Ana Videira Patrício deram-nos a conhecer três escolas régias com cerca de 200 discípulos e umas vinte escolas particulares que albergavam umas centenas deles, entre as quais destacaremos as da Confraria de S. Nicolau e da Irmandade do Terço. Havia, além disso, quantidade de mestres e mestras de meninos e de meninas.⁶

Mas não é nenhuma destas instituições que nos propomos aqui estudar mas sim uma outra que é pouco conhecida, ainda que muitas vezes citada pelo facto de ter acolhido como alunos ou mestres figuras muito celebradas, tais como Eça de Queirós, Ricardo Jorge e Ramalho Ortigão. Referimo-nos ao Colégio da Real Irmandade da Lapa.⁷

2 – A FUNDAÇÃO

O projecto da criação de um estabelecimento para a educação de jovens rapazes remonta às origens da Irmandade e foi o próprio Fundador, Padre Ângelo de Siqueira, missionário e pregador, natural de S. Paulo, no Brasil, e cónego da sua Sé, quem dele se lembrou e deu os primeiros passos para a sua efectivação. Realmente, entusiasmado com a generosidade dos fiéis que acorriam a escutá-lo, imaginou que a mais eficaz e mais estável utilização das esmolas seria o levantamento de uma Escola, onde os meninos do Porto aprendessem

⁴ COSTA, 2001: 107-108.

⁵ Os mestres são assim designados: mestres de meninos (8), mestres de estudantes (2), mestres de gramática (1), mestre escola (6) e mestres de latim (2). Os estudantes são designados por aulistas (27) e estudantes (69). As freguesias abrangidas são Sé, S. Nicolau, Vitória, Santo Ildefonso, Cedofeita e Massarelos. Ver SANTOS, 1978: 292-300.

⁶ PATRÍCIO, 1995: 118-127.

⁷ O fundador chamou «Seminário» a esta instituição e foi por este nome que ele foi conhecido, pelo menos até 1841, altura em que Ramalho Ortigão (pai) assumiu a sua direcção. A partir desse evento que constituiu também uma viragem no modo de administração do estabelecimento, provavelmente o substantivo Colégio terá substituído gradualmente o anterior, embora nas Actas da Irmandade se mantivesse ainda por largo tempo a primeira designação. De qualquer modo, convém precisar que a escola nunca se destinou exclusivamente à formação de sacerdotes, como o significado actual do termo «seminário» poderia sugerir, ainda que essa intenção não estivesse posta de lado na mente dos responsáveis. Mas havia um grupo de alunos, em princípio filhos de Irmãos, que frequentava gratuitamente as aulas e coadjuvava o serviço litúrgico na Igreja. Estes, aliás, às vezes, eram designados por seminaristas, em contraponto aos que pagavam que, num ou noutro documento são designados por porcionistas ou pensionistas. Mas noutras passagens o termo seminarista aplica-se a todos.

não só a instrução literária mas também as normas de uma sã e cristã conduta. Arranjadas as garantias de capital mínimo para arrancar, (veio-se a descobrir mais tarde que o bom do Padre, para obter melhor despacho do governo, declarou possuir mais dinheiro do que aquele de que realmente dispunha)⁸ e conseguido o prévio consentimento do Município, deslocou-se a Lisboa para lograr a necessária autorização régia. Por razões que desconhecemos, o pedido não foi deferido, o que naturalmente terá causado algum desgosto ao bom do Padre.

Mas a ideia não morreu. Mais tarde, já depois do regresso do fundador ao Rio de Janeiro onde veio a falecer em 1776, a direcção da Irmandade renovou o requerimento junto da chancelaria régia com melhores resultados. Com efeito, Dona Maria I, por decreto datado de 12 de Junho de 1792 autorizou aos Irmãos da Lapa a abertura de duas Aulas públicas, uma de ler, escrever e contar e outra de Gramática Latina. A notícia foi recebida com enorme regozijo.

As condições postas pela chancelaria régia foram as normais para estes casos:

- 1º – os dois Mestres deveriam ser previamente aprovados pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura dos Livros;
- 2º – Sobre o Mestre de Gramática Latina recaía a obrigação de, anualmente, enviar àquela Real Mesa um relatório onde constassem as referências dos alunos, a saber, nome, idade, naturalidade, (para os amigos da Semântica precisarei que o termo usado não é naturalidade mas «pátria»), comportamento («morigeração») e progressos literários de cada um.
- 3º – Os salários dos Mestres correriam a expensas da Irmandade.

3 – O ARRANQUE EFECTIVO

A julgar pelos elementos documentais disponíveis no Arquivo da Irmandade, terá sido apenas em 1800 que foram recebidos os primeiros alunos. Não há registos anteriores a essa data. Mas pode logicamente perguntar-se se foi preciso tanto tempo (à volta de 7 anos) para pôr a funcionar uma obra cuja iniciativa pertencera por inteiro à Irmandade. Será admissível pensar que esta, quando fez o pedido, ainda não dispunha de infra-estruturas capazes? Essa parece ser a realidade que os documentos deixam perceber. Contrariamente ao que foi insinuado por outrem⁹ sabemos que em 1794 ainda não havia ensino porquanto na Assembleia Geral de 9 de Fevereiro foi deliberado que «a Mesa actual será obrigada, quando aceitar seminaristas para o nosso Seminário, a preferir sempre a outros quaisquer pretendentes, aos filhos e sobrinhos dos nossos Irmãos, seja para pensionistas que paguem, ou para os que se aceitarem pelo amor de Deus, pois assim o pede a razão e a justiça».¹⁰

Outra razão que nos leva a pensar que houve um hiato substancial entre a data da aprovação régia e o efectivo funcionamento, tem a ver com as circunstâncias e o teor dos es-

⁸ BUC – ms. 1626. Ver o nosso estudo SILVA, 1998:136.

⁹ MATOS, 1988: 676.

¹⁰ Esta informação foi extraída de COELHO, 1973: 20.

tatutos. Existem dois Estatutos nos Arquivos da Irmandade¹¹: uns (que classificamos de primeiros) não exibem qualquer data mas escreveu-se neles que foram elaborados e aprovados na Presidência do irmão Manuel José Gonçalves. Vistos os livros de eleições, esse senhor foi Presidente nos anos de 1798 e 1799. E neles indica-se a intenção de abrir as aulas no mês de Outubro próximo. De que ano? Provavelmente de 1799. Mas na realidade não há registos de entradas senão em 1800.

Terá sido por aqueles estatutos que se regeu o Seminário nos seus primeiros tempos, isto é, entre 1800 e 1803? Inclinamo-nos a pensar que sim, visto que uma instituição destas não poderia (deveria) viver sem regras. Mas em 1803 foram aprovados outros Estatutos, os definitivos (até 1841) sendo Secretário precisamente Manuel José Gonçalves. Acerca destes novos, muito diferentes dos anteriores, declara-se nas páginas finais que as Mesas Administrativas antecedentes já haviam dado início à elaboração de uns Estatutos. Referem-se a estes de 1798/1799? Talvez. Como quer que seja, nunca foram oficialmente aprovados, ainda que alguém se tenha encarregado de os encadernar cuidadosamente. Isso não quer dizer que o seu teor não correspondesse a uma corrente de opinião dentro da Irmandade. Por isso, porque pensamos que correspondiam a uma corrente de opinião, os consideraremos aqui.

4 – OS ALUNOS

4.1 – Numerus clausus

Dispondo de modestas instalações, o Seminário-Colégio nunca ambicionou albergar um número elevado de alunos. O numerus clausus que lhe estava consignado pelos Estatutos era de 30, dos quais 12, como dissemos, seriam ensinados de graça. Todavia o manuscrito acima citado, redigido em 1804, informa-nos que o número preestabelecido era de 40 no total, incluindo os 12 gratuitos.¹² De qualquer modo, pensamos que a totalidade de 40 só excepcionalmente foi atingida nas primeiras três décadas de vida.

Entre 1800 e 1832 frequentaram o Colégio da Lapa cerca de 262 alunos, uns em regime de internato, outros como externos. A haver erro neste número, é por defeito e não por excesso. É que o Arquivo não dispõe senão de dois livros de entradas de alunos¹³. Admitimos, no entanto, que possa ter existido um terceiro relativo a 1832, porquanto no segundo foi escrita uma nota que o sugere: diz-se de um pensionista que «entrou em 7 de Maio de 1832 a pagar 12\$000 por mês»¹⁴. Como as entradas do 2º livro não vão para além de 1831, embora haja nele referências a recebimentos no ano seguinte, e como o livro está escrito até ao limite das suas folhas disponíveis, é verosímil que tenha havido outro livro de 1832 que, de resto, a ter existido, poucas folhas terá utilizado.

¹¹ Sabemos que em 1841 foram publicados novos estatutos numa brochura editada no Porto, na Typographia de Gandra e Filhos, sob o título *Estatutos para o Collegio da Real Irmandade de N. Senhora da Lapa, na cidade do Porto, de que he Director Joaquim da Costa Ramalho Ortigão*. (Informação colhida em MATOS, 1988: 677).

¹² BPMP - ms. 1901, discurso III, cap. 12.

¹³ Eis os seus títulos de capa: *Termo de entrada dos meninos para o Seminário* (1º) e *Livro para as contas e entradas dos seminaristas do Seminario da Real Irmandade de Nossa Senhora da Lapa* (2º).

¹⁴ Ver AHIL - *Livro para as contas e entradas ...*, fl. 28v. O insólito desta informação não está no quantitativo pago pelos pais do porcionista, mas no facto de pagar ao mês. É que normalmente o pagamento era feito ao semestre e nessa proporção: 144\$000 réis por ano, 72\$000 por semestre.

Além disso, o exame dos livros de entradas deixa-nos a suspeita de que nem todos os alunos que frequentavam gratuitamente o Colégio eram registados. Na verdade, nos dois livros de entradas de alunos, o número total de seminaristas não chega aos 25, ou seja, é cerca de 9% a 10% do total, quando se a percentagem estipulada fosse cumprida devia chegar aos 30%. Pode ter acontecido que os ditos seminaristas se mantivessem no estabelecimento por largos anos seguidos – o que parece provável. Mas o rol dos que cumpriam o preceito pascal mostra nitidamente que o número dos alunos gratuitos diminuiu drasticamente na década de vinte.

Esse livro de desobrigas ou dos que fizeram a comunhão pascal, elaborado pelo Padre José do Sacramento Lapa que se conserva no Arquivo da Irmandade, pode guiar-nos na descoberta do número efectivo de alunos. Em Abril de 1832, ainda antes do Cerco do Porto, não havia mais que 13 alunos.

4.2 – Outras informações

4.2.1 – *Idade*

Sobre a idade de admissão, não dispomos nos registos de matrícula de qualquer informação de tipo quantitativo¹⁵. O uso repetido do vocábulo «meninos» leva-nos a pensar que na generalidade entravam como crianças.

Mas os Estatutos vêm em nossa ajuda. Assim, os de 1798/1799 estipulam que não possam ser admitidos seminaristas com menos de 7 anos nem com mais de 17. Aos porcionistas, isto é, aos pagantes alargava-se o período de entrada até aos 18 anos. Mas os definitivos, os de 1803, alteram completamente este quadro, ao fixarem como idade máxima para a entrada os 10 anos de idade, permitindo que, em casos excepcionais e só para o preenchimento dos lugares gratuitos, se pudesse ir até aos 12 anos.

Na prática e no convívio quotidiano era inevitável a coexistência de grupos etários variados. Bastava para tal o estabelecimento de dois cursos distintos: o de Primeiras Letras e o de Gramática Latina. A indicação de que alguns seguiram do Colégio para a Universidade de Coimbra ou para professor em Mosteiros garante-nos que nem todos eram crianças, pelo menos à saída. Por outro lado, se a maior parte não ultrapassou os 4 anos de frequência, muitos estiveram para além de 5 anos, atingindo-se até 9 e 12 anos de permanência. O que indicia alguma mistura de idades que os moralistas e pedagogos olhavam com alguma reserva.

É sintomático e normal, de resto, que os Estatutos de 1803 dividam os internos por dois dormitórios distintos. Havia um espaço onde se alinhavam os cubículos dos mais velhos, a cargo do Reitor. O espaço dos quartos dos mais novos ficava sob a vigilância do Vice-Reitor.

4.2.2 – *Procedência geográfica dos alunos*

As fronteiras geográficas do recrutamento não se limitaram nunca ao perímetro urbano, ainda que intenção alguma vez tenha sido mencionada. Aliás, a cidade não se circunscrevia aos seus muros, antes se prolongava pelos arrabaldes e estendia a sua influência a todo o Termo que fora fixado nos finais do século XIV.

¹⁵ A única forma que vislumbrámos capaz de nos fornecer informações sobre a idade dos alunos será a consulta aos relatórios que o Mestre de Gramática Latina era obrigado a remeter para a Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura dos Livros. Não tivemos ainda oportunidade de verificar se existem tais relatórios.

Vejamos o quadro seguinte

QUADRO 1 – Procedência geográfica dos alunos do Seminário-Colégio da Lapa (1800-1832)

Zonas de origem	número de alunos	%
Porto e seu Termo	130	49,6%
Entre Douro e Minho	27	10,3%
Douro e Trás os Montes	46	17,5%
Sul do Douro	9	3,4%
Outros	12	4,5%
Brasil	38	14,5%

Sendo inesperado ou insólito, atentemos nos alunos oriundos do Brasil, indicando as capitanias de origem:

- S. Salvador da Baía – 10
- Rio de Janeiro – 11, a que se devem acrescentar mais 3 de S. Salvador de Campos.
- Maranhão – 8
- Pernambuco – 5
- S. Paulo – 1

Com todas estas cidades ou capitanias, a cidade do Porto mantinha desde antanho uma ligação comercial e humana muito forte, pelo que esses números traduzem essa realidade. E como os meninos que vinham da América necessitavam de um tutor na cidade do Porto, não raro esse papel era desempenhado por negociantes portuenses com interesses no Brasil.

A ligação ao Brasil revestiu-se de outro cambiante que deve ser valorizado: entre 1823 e 1832 matricularam-se pela primeira vez no Colégio da Lapa 79 alunos. Destes, 33 eram brasileiros e vieram depois da independência, o que significa quase 42% das novas matrículas. Provavelmente, as contingências do Cerco do Porto e a desorganização que dele adveio esvaziaram um interessante canal de diálogo entre Portugal e Brasil, ainda que a ligação do Rei-Soldado à Igreja da Lapa tenha aberto outra via simpática de bilateralidade.

4.2.3 – Raízes sócio-económicas

Estudar no Seminário-Colégio da Lapa não era barato, excepto no caso de filhos de irmãos pobres, órfãos ou filhos de pais incógnitos os quais poderiam entrar gratuitamente (não quer dizer que fosse assim em todos os casos). Mas estes compensavam o favor com pequenos serviços em prol da comunidade, sobretudo na área do culto religioso. Tirando esses, e esses, como dissemos, não foram tantos quantos os estatutos previam, os pretendentes tinham que proceder de famílias poderosas para poderem suportar as despesas do enxoval, da frequência e da alimentação. Pensamos que as famílias cujos filhos foram alunos da Lapa pertenciam à elite burguesa e aristocrática.

Tal suposição é comprovada pelo exame dos documentos. Nada menos de 61 mães de alunos são tratadas pelo título de «Dona». Contrastando, por «Dom» apenas cinco pais são etiquetados. O que não é pouco, aliás. Mas em compensação pelo menos 17 merecem do Secretário o epíteto de «Ilustríssimo Senhor». Onze são quadros militares, desde capitão a coronel. Nove são altos funcionários da Justiça, tais como Desembargadores, Provedores e Juizes. Duas a três dezenas de pais são rotulados de negociantes ou mercadores, ainda que este último termo quase não apareça por no século XIX praticamente ter caído em desuso. De alguns é indicada a residência em quintas no Porto ou nos arredores da cidade e às vezes bem longe. Até os estrangeiros radicados no burgo ou envolvidos na mercancia internacional mandaram os seus filhos à Escola da Lapa, tais como os Ripper, os Vanzeller, os Kopke, os Pinto Basto de Massarelos, etc. Por vezes, chegavam a frequentar 2 e 3 irmãos simultaneamente.

Mas há outra exigência que os Estatutos estipulam que não podemos deixar de sublinhar. É que além da qualidade social, os pais dos alunos a admitir deviam pertencer a um certo escol moral. Se fossem cumpridos os requisitos estatutários, nenhuma criança entrava sem que os pais fossem conhecidos e investigados. Não se lhe dava autorização de entrada sem informação prévia da vida dos progenitores.

4.2.4 – Tempo de permanência

Os documentos informam sempre sobre a data da entrada. Em grande parte dos casos, elucidam-nos igualmente sobre o dia da partida. Por isso foi-nos possível elaborar uma tabela com o tempo total de frequência da Escola. Eis o que podemos averiguar:

QUADRO 2 – Tempo de permanência no Colégio

Tempo de frequência	quantidade de alunos	Observações
1 semestre ou menos	19	um fugiu ao fim de 8 dias; outro não aguentou mais que 20 dias
1-2 anos (2 a 4 semestres)	61	
2-3 anos (4 a 6 semestres)	55	
3-4 anos (6 a 8 semestres)	41	
4-5 anos (8 a 10 semestres)	27	
mais de 5 anos	22	um manteve-se 12 anos; 8 mantiveram-se por 9 anos

Para avaliarmos o significado do tempo de permanência, teríamos que conhecer os objetivos do aluno à entrada e o nível de estudo em que se matriculava. Se um menino começava pela aprendizagem das primeiras letras e pretendia ingressar na Universidade, o tempo de permanência tinha de ser mais longo; a menos que se transferisse para outra Escola.

De qualquer maneira, devemos notar que há mais de 150 alunos que frequentam as Aulas entre 1 e 4 anos, dois ou até três anos, o que significa quase 60% do conjunto. Assim sendo, cumpre sublinhar a utilidade social e cultural do estabelecimento, numa altura em que as escolas não abundavam.

Parece legítimo concluir ainda que:

a) - embora houvesse casos de rejeição ou de inadaptação ao internato, eles não são numerosos; b) há situações de indivíduos que ou por se sentirem bem, ou por quererem aprender mais, ou por precisarem de mais tempo para aprender, ou simplesmente porque eram pobres permaneceram para além dos 8 e 9 anos, havendo pelo menos um caso de estadia por 12 anos que, misteriosamente, ao fim desse tempo «fugiu» para pôr Aula.

4.2.5 – A saída

Infelizmente não dispomos de elementos para reconstituir os objectivos de cada aluno ao solicitar a matrícula nem existe registo do itinerário curricular de cada um. Sabemos *grosso modo* o que se ensinava, como abaixo explicaremos, mas não o que realmente se aprendia nem para quê.

De qualquer modo, as informações documentais permitem-nos afirmar que normalmente a saída se fazia sem dramas visíveis, com ou sem cumprimento dos objectivos curriculares programados. O ritmo de saída era mais marcado pelos prazos de duração dos pagamentos efectuados ao semestre do que por calendários escolares. Abandonava-se o Colégio em todos os meses do ano embora com maior incidência nos de Agosto, Setembro e Outubro. Não se pense com isto que não havia organização do ano escolar. De facto, as aulas terminavam em 15 de Agosto, seguindo-se os exames. Recomeçava-se em Outubro. Mas as saídas e entradas não obedeciam radicalmente a esse calendário.

As palavras utilizadas pelo escrivão para designar o abandono por decisão do aluno ou da família são normalmente duas: «despediu-se» e «saiu». Sem mais. Casos de expulsão, encontramos apenas 4. E nunca se explicam as causas que as motivaram. Aliás, nem aos pais ou tutores se dava qualquer explicação. Os Estatutos mandam que neste casos apenas se diga que tal aluno não convém ao Seminário. Sem mais. De fugas, ficaram registadas 3. Dois dos que fugiram, fizeram-no depois de muitos anos de permanência e com objectivos explícitos: para pôr Aula, um deles em Penafiel. As circunstâncias destas fugas sugerem-nos duas observações: a primeira é que provavelmente os Superiores faziam pressão para que se não fossem; a segunda, é o efeito reproduzido que a Escola da Lapa poderá ter tido no domínio pedagógico. Formou formadores.

O escrivão prestou-nos um serviço suplementar ao deixar a informação sobre o destino de alguns alunos, após a saída. Infelizmente são poucos estes casos. Assim, além dos 2 que puseram Aula, 15 prosseguiram estudos na Universidade de Coimbra, 4 foram para um Mosteiro e pelo menos 3 nascidos em Portugal, saíram para embarcar para o Brasil. De muitos se diz que saíram para casa.

5 – OBJECTIVOS DA INSTITUIÇÃO

Afirmámos atrás que o Seminário da Lapa não teve nunca como objectivo prioritário expresso preparar rapazes para a carreira sacerdotal. O que não quer dizer que não haja grandes semelhanças de estilo e de concepção entre o Seminário tridentino concebido para a formação de padres e este estabelecimento. Se compararmos a distribuição das tarefas pelas horas do dia, a tipologia dos actos comunitários, as obrigações espirituais impostas aos alunos, a atenção vigilante do pessoal dirigente, o controlo de todos os movimentos dos alunos internos, a aproximação não pode deixar de se impor no nosso espírito.

Como seria de esperar, a formação e a educação da mocidade numa perspectiva de fidelidade e de compromisso com a Igreja e de desenvolvimento daquilo que chamamos valores humanos foram metas bem claras e bem expressas nos Estatutos. Os de 1803 contêm logo no início a declaração de princípios, a saber: os Seminários são o meio mais seguro para a boa educação da mocidade, e os jovens que passam por eles ficam marcados, sem meios termos: seus alunos ou serão ótimos elementos ou se converterão no «descrédito da pátria e peste da sociedade». Ainda que tão radical posição de princípio sirva, no seu contexto, para responsabilizar os Superiores e Mestres, não deixa de ser significativa no contexto de um projecto educativo.

A aprendizagem de certas matérias programáticas era um dos meios para lá chegar. Havia outros: o sentido da disciplina e da obediência ao regulamentado; o sentido de submissão aos dois grandes responsáveis pela vida interna do Seminário que, à maneira do Colégio dos Órfãos, fundado na cidade do Porto nos meados do século XVII pelo Padre Baltasar Guedes, eram o Reitor e o Vice-Reitor; a sujeição da vida quotidiana a regras e a horários; a instilação da ideia de que, embora a pobreza não fosse um bem em si mesma, a austeridade e a privação constituíam excelente pedagogia não só para a perfeição individual mas também para o desenvolvimento do sentido da solidariedade fraterna; o cultivo das boas maneiras, da cortesia, das práticas de asseio e limpeza como condição da vida em sociedade; o espírito de entreajuda entre os alunos mais velhos e os mais novos; a valorização das chamadas virtudes morais, etc. Por outro lado, todas as actividades extra-curriculares, a forte componente de actos de piedade, a solenização das festas litúrgicas, não só na Igreja mas também no Refeitório com ementas melhoradas, as qualidades morais que se exigiam aos Mestres, visavam esse objectivo fundamental.

Aliás, a todo o pessoal contratado para serviço dos alunos se pedia colaboração nesse objectivo prioritário, cada um na justa medida das suas funções: Reitor, Vice-Reitor, Guarda dos Estudantes, Porteiro, Dispenseiro, Roupeiro, Cozinheiro, criado de cozinha e diversos fâmulos. A cada um destes colaboradores os Estatutos consagram um capítulo, mais longo ou mais breve, mas de grande importância para se perceber o espírito da instituição. Não nos demoraremos aqui na sua análise por falta de espaço.

Mas talvez se justifique uma atenção particular sobre a figura do Reitor, uma vez que nas recomendações que se lhe fazem subjaz toda uma concepção de Autoridade e do modo como devia ser exercida.

Nos estatutos de 1788/89 pede-se-lhe que cuide seriamente da boa harmonia e sossego de toda a comunidade, mostrando pelo seu exemplo a excelência de certas virtudes, tais como a ternura, o amor, a caridade, o sentido do acolhimento, a prudência, a moderação, a paciência e a integridade. E, complementarmente, tem que evitar, como se fora peste, o espírito de intriga e de parcialidade, caminho directo para as inimizades, as desordens, os ódios e «os despotismos infernais». Aliás, o Superior deve ser para os alunos um confidente, um pai, um amigo. As ideias de que o Reitor é o Pai e que a comunidade deve ser conduzida como uma verdadeira família é afirmada e reafirmada. Mas o Reitor-Pai-Sacerdote ir-repreensível não pode limitar a sua atenção à boa conduta moral e à observância dos ritos. Vigiará também para que os alunos andem bem alimentados e com boa saúde física.

Embora os estatutos de 1803 vinquem mais o seu papel de garante da disciplina e das regras, não deixam de manter uma concepção afectiva do exercício da autoridade. Há, contudo, alguma contradição entre uma certa auréola intimista e de proximidade do Reitor face

aos alunos e a obrigação que se impunha a estes de porem o joelho em terra perante aquele sempre que precisassem de pedir autorização para se ausentarem de qualquer act) comunitário.

Se nos interrogarmos se os objectivos da instituição coincidiam com os objectivos das famílias quando lá colocavam os filhos, as hesitações e as dúvidas impõem-se-nos mais que as certezas. Se nos parece lógico que alguns progenitores buscavam principalmente um nível de instrução que garantisse aos filhos um emprego (estarão neste caso os que entraram para emigrar mais tarde para o Brasil como caixeiros de um qualquer próspero negociante) não nos parece que genericamente os objectivos das famílias se distanciassem muito dos objectivos da Instituição.

Provavelmente o excesso de vigilância que os Estatutos deixam entrever e o cuidado quase obsessivo pelo comportamento-padrão obstarium ao livre desabrochar da personalidade de cada criança. Mas a ideia do pecado original e do desequilíbrio por ele operado na natureza humana, sempre propensa ao mal e sempre disponível para o desvio, eram axiomas que conservavam forte incidência nas concepções pedagógicas da época. Deste espírito, talvez resultassem alguns frutos nefastos, como a hipocrisia, a dissimulação, a delação, a primazia do parecer sobre o ser.

6 – ASPECTOS CURRICULARES

As informações directas sobre curriculum e, por maioria de razão, sobre conteúdos são lacunares. Sabemos que no início apenas existiam dois Mestres: um para as primeiras letras e outro para Gramática Latina. O manuscrito de 1804 da Biblioteca Pública Municipal do Porto que acima citei, informa que para além das primeiras letras se ensinava no «pequeno mas bonito seminário» Latim, Francês e Comércio. Os estatutos de 1803 prevêem ainda um mestre de inglês, mas da leccionação efectiva desta língua não temos qualquer indício. Esses ditos estatutos estabelecem ainda directrizes metodológicas para um Professor de Retórica e outro de Filosofia Racional e Moral.

Uma informação colhida em folha solta guardada num dos livros de alunos, esclarece que em Setembro de 1821, para além de Primeiras Letras (cujo Professor era Manuel José Pereira Trindade), ministravam-se aulas de Gramática Latina (António Joaquim de Vasconcelos), Língua Francesa (António Pereira), Filosofia Racional e Moral (Padre Eusébio António de Almeida Pinto), Cantochão Cravo (José Francisco de Pinho Brandão) e Educação Interior, a cargo de 3 sacerdotes (P.e Manuel Joaquim Rodrigues de Sousa, P.e Joaquim José Diogo e P.e Manuel de Almeida).

Os estatutos de 1798/99 mandavam que o Mestre de primeiras letras ensinasse leitura, escrituração e contas, segundo as 4 operações da Aritmética. E até se lhe recomenda que recorra ao manual composto para uso das Escolas da Congregação do Oratório das Necessidades intitulado *Instrucção de Principiantes, e Novo Methodo de se aprenderem as primeiras Letras* o qual oferecia a vantagem suplementar de conter «um bem feito resumo da nossa Historia portuguesa». Para além de boa caligrafia, devia ensinar ainda ortografia para que os alunos soubessem escrever correctamente o português. Devia ainda ministrar rudimentos de Gramática Portuguesa com base nos clássicos da Língua e entrar nas orações e suas partes, distinguindo nome, pronome, verbo, participio, advérbio, conjunção e interjeição para que quando chegassem à Gramática Latina não entrassem de olhos tapados ou confusos.

Os Estatutos de 1803, no tocante ao Mestre de primeiras letras, declaram-se abertos à aceitação do Regulamento da Directoria Geral dos Estudos, quando ele existir; entretanto, preferem dar orientações mais genéricas e definir programas de leccionação:

- 1º – Ministar conhecimentos das letras, dos ditongos e a pronúncia das sílabas.
- 2º – Fazer decorar a Gramática Portuguesa de Lobato.
- 3º – Ensinar regras gramaticais e idiotismos portugueses em leituras de Frei Luís de Souza, ou de João de Barros, ou de Jacinto Freire e sempre de algum poeta português.
- 4º – Aproveitar a leitura de manuscritos para correcção dos erros ortográficos com anotações.
- 5º – Ensinar Aritmética por Befart(?)¹⁶.
- 6º – Fazer aplicação das regras desse Autor ao Comercio, através da redução dos pesos, moedas e medidas.
- 7º – Leccionar rudimentos de Geografia, fazendo ler a Historia de Portugal.
- 8º – Ensinar a escrita, com explicação do uso dos diferentes aparos, das diferentes linhas, das diferentes proporções e cheios no sentido de os levar a embelezar a letra.
- 9º – Realizar leituras do resumo da Doutrina cristã com recomendações sobre a sua necessidade.

Quanto ao Mestre de Gramática Latina, nos Estatutos de 1803 existe o respectivo título mas foi deixado em branco para provavelmente vir a ser um dia preenchido, o que não aconteceu. Mas os de 1798/99, deixam algumas directrizes sobre o que competia:

devia insistir no conhecimento da Gramática Portuguesa no caso de os alunos virem mal preparados da classe das Primeiras Letras. No ensino da Gramática Latina devia seguir o novo método do «grande» Padre António Pereira de Figueiredo. Para bem tirar proveito desse método, recomenda-se ao Mestre que saiba munir-se de «paciência e pachorra» para explicar e voltar a explicar a cada um. Só depois disso deverão ser iniciados na construção gramatical, começando pelas fábulas de Fedro e pelas comédias de Terêncio. Ensinará também concordância e regência mas sempre em pequenas doses. Aliás, afirma-se aí, mais vale utilizar poucos livros do que «oprimir as deves forças dos Estudantes com o grande pezo d'Autores mais dificeis, e com a muita copia de Liçoens».

Recomenda-se mais que o professor não tenha pressa de obrigar os alunos a fazer retroversões de português para latim, na esteira do que afirmava Quintiliano: «huma couza he saber Gramatica, e outra couza he fallar Latim». Para se aperceber da inteligência e da destreza do aluno, deve sobretudo, e antes de mais, insistir nas traduções de latim para português, com a aplicação das regras da Arte. Mas começando sempre pelos Autores mais fáceis e pelos textos mais simples de autores como Fedro, Terêncio, Quinto Cúrsio, Cornélio Nepote, Cícero. Só depois passará a César, a Tito Lívio, a Virgílio, a Horácio e a Ovídio. E como nestes Autores se fala de terras e de gentes, o Professor não poderá descurar o ensino da Geografia, da Cronologia, da História.

A ideia de que os alunos poderiam sair com uma razoável formação humanística adquire mais força quando olhámos para os títulos da Biblioteca básica do Colégio que abaixo se apresenta.

¹⁶ A palavra não se consegue ler bem por estar borratada.

7 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nos domínios da instrução propriamente dita, os princípios metodológicos eram ditados pelo objectivo fundamental que era o de fazer os alunos progredir seguramente nos estudos, ainda que a segurança pudesse implicar alguma lentidão.

Genericamente, os métodos e os manuais haviam de ser os preconizados pela Real Junta do Directório Geral dos Estudos, como se declara nos Estatutos de 1803.

Mas nesta Escola, para além disso, procurava-se que o aluno se sentisse bem desde o primeiro dia, organizando-se sempre um ritual de recepção a cada novo candidato, recepção que incluía a imposição da túnica branca na capela perante toda a comunidade. Pelos Estatutos perpassa a preocupação de fazer tratar com carinho pelo menos os mais miúdos e a palavra respeito é utilizada para definir o ambiente do relacionamento entre Superiores e alunos e destes entre si. A grande regra da precedência entre os estudantes é a da antiguidade da primeira matrícula.

Como em outros estabelecimentos, fomentava-se nos jovens o gosto pelo estudo, prevendo-se períodos de trabalho a sós no silêncio do cubículo de cada um. O brio individual era espicado por muitos meios tais como os louvores e as repreensões. As sabatinas semanais, em que eram sorteados os defensores e os arguentes, e as conferências mensais em que se debatiam os temas estudados perante toda a comunidade eram um recurso prescrito nas normas. Os prémios escolares anuais para os dois melhores alunos constituíam outro meio de estímulo. Mas havia precaução para que tais práticas não atraíssem qualquer tipo de inimizade ou aversão entre os que se defrontavam. Quando havia mais que dois alunos a merecer o prémio, os dois ganhadores eram obtidos por sorteio em que entravam os melhores. Os estatutos de 1798/99 excluía expressamente o método do decurião que, como é sabido, consistia em o mestre confiar a um aluno pretensamente mais avançado a direcção de certas aulas. E a razão também é apontada: «a experiencia mostra ser este hum dos maiores estorvos, que se inventarão, para tolher o aproveitamento dos Estudantes; e que antes he melhor, que hum, ou outro fique sem dar lição, do que o ir repetila, a quem he tão bom como elle». (Estatutos de 1798/1799)

O recurso ao castigo era uma pedagogia sempre presente. Nesta Escola aceitava-se o princípio de que o castigo era indispensável para manter a autoridade da Lei e para conter os rebeldes nos limites. Todavia, concomitantemente, declara-se que os castigos devem ser adaptados às circunstâncias e proporções da culpa e que a exortação deve sempre preceder a aplicação de sanções. E até se acrescenta que deve existir gradação no recurso aos castigos: primeiro os mais leves, depois os mais pesados, excepto se a gravidade da falta fosse tal que obrigasse à severidade. Assinale-se, entretanto, que à base dos estatutos o castigo físico (palmatoadas e açoites para os que tivessem idade para os suportar), viria depois de experimentados diversos tipos de repreensão e nunca seria a primeira opção. Por conseguinte, a tradição do «corrector da Lapa – espécie de régua longa de vinhático, muito rígida»¹⁷ não pertence aos primeiros tempos do Seminário.

¹⁷ MATOS, 1988: 676.

8 – A BIBLIOTECA BÁSICA DO SEMINÁRIO

Os Estatutos de 1803 permitem-nos elaborar uma lista dos livros considerados básicos e que presumivelmente eram de uso comum e comunitário. Ei-los:

- Bíblia em Português (última edição do Padre Antonio Pereira de Figueiredo)
- Exercícios Espirituaes e Meditações do Padre Bernardes
- Catecismo de Montplier
- Livro sobre o modo de ajudar à Missa e com as orações preparatórias para a confissão e comunhão
- Livro sobre o modo de assistir à Missa com a devida reverência (para que dele pudessem servir-se os Meninos e instruírem-se nas horas vagas)
- História Geral de Portugal de M. de Laclède.
- Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, de Frei Luís de Sousa
- História de S. Domingos, por Fr. Luís de Sousa
- Vida de D. João de Castro
- Obras de Frei Amador Arrais
- Livro de Geografia (escolher-se-ia o de melhor nota)
- História Universal
- Dicionários das línguas latina, portuguesa e francesa;
- Algumas boas edições dos Autores clássicos que se derem nas Aulas.

CONCLUSÃO

O Seminário-Colégio da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa foi um dos primeiros estabelecimentos de ensino da cidade do Porto, seguramente o primeiro promovido por uma Irmandade ou Ordem Terceira devendo ser compreendido e integrado no conjunto dos objectivos da mesma Irmandade. Ainda hoje se mantém de pé, dedicando-se apenas ao ensino básico em regime de externato.

Embora se tenha perdido grande parte da documentação, a que resta permite-nos conhecer algumas circunstâncias do seu funcionamento e dos seus alunos nos seus primórdios. Contrariamente ao projecto do fundador, não foram apenas os meninos oriundos da cidade do Porto que se sentaram nos seus bancos. Todo o norte de Portugal que se ligava ao Porto ouviu falar por certo, alguma vez, da Irmandade da Lapa e do seu Seminário e as famílias abastadas quiseram-no para educação de seus filhos.

Mas importa mais uma vez sublinhar que as suas portas se abriram a algumas (poucas) dezenas dos primeiros cidadãos do Brasil independente. Este foi mais um elo dos muitos que construíram a ligação ancestral do Porto ao Brasil.

Siglas

AHIL – Arquivo Histórico da Irmandade da Lapa
BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto
BUC – Biblioteca da Universidade de Coimbra

Abreviaturas

- cap.* – capítulo
ed. – edição
fl. – folio
ms. – manuscrito
p. – página (s)
v. – verso
vol. – volume (s)

BIBLIOGRAFIA

- COELHO, Cesário, 1973 - *Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa. Factos da sua História*, 2ª ed., Porto.
- COSTA, P.e Agostinho Rebelo da, 2001 - *Descrição Topográfica e Historica da Cidade do Porto*, 3ª ed., Lisboa, Frenesi.
- MATOS, A. Campos Matos, 1988 - *Dicionário de Eça de Queirós*, 2ª ed., Lisboa.
- PATRÍCIO, Ana Videira, 1995 - *Escolarização e vulgarização cultural no Porto na época dos Almadas*, Porto, Faculdade de Letras do Porto (Dissertação de mestrado dactilografada, p. 118-127).
- SANTOS, Cândido dos, 1978 - *A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana*. "Revista de História", Porto, Vol. I, p. 292-300.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 2001 - *O Porto entre as Luzes e o Liberalismo*, Lisboa, Edições Inapa.
- GUEDES, Ana Isabel Marques, 1993 - *A Assistência e a educação dos órfãos durante o Antigo Regime. O Colégio dos Órfãos do Porto*, FLUP (Dissertação de mestrado policopiada).
- GUEDES, Ana Isabel Marques, 2000 - *Les enfants orphelins – éducation et assistance. Les Colégios dos meninos órfãos: Évora, Porto et Braga (XVII.e-XIX siècles)*, Florença, Instituto Universitário Europeu (Dissertação de doutoramento policopiada).
- GUEDES, Padre Baltazar, 1951 - *Breve relação da fundação do Colégio dos Meninos Órfãos de Nª Sª da Graça...*, introdução de A. Magalhães Basto, Porto.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1998 - *Os primórdios da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa*. "O Tripeiro", Porto, 7ª série, ano XVII, nº 5, Porto, p. 136.